

Senadores defendem e líder admite incentivos à indústria no Nordeste

José Roberto Arruda abre a possibilidade de medida provisória específica para estimular a instalação de montadoras na região, reivindicada por Waldeck Ornelas e Geraldo Melo

Cabral anuncia homenagem, hoje, a Darcy Ribeiro

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou ontem, em plenário, que o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) receberá hoje o Prêmio Interamericano de Educação Andres Bello - 1995, em solenidade a ser realizada às 14h30, no edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília.

Cabral disse que Darcy tem sido um verdadeiro combatente que consegue manter ritmo de trabalho impressionante, nas comissões e no plenário do Senado, enquanto luta com destemor contra uma doença que a medicina não consegue superar. Ele lembrou o esforço empreendido pelo senador fluminense para que o País tenha uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Bernardo Cabral destacou a atuação do educador Darcy Ribeiro, antropólogo de renome, responsável pela fundação da Universidade de Brasília. Ele opinou que esta deveria ter o nome de Universidade Darcy Ribeiro, em homenagem a seu idealizador e primeiro reitor, e lembrou que na



Darcy

próxima Bienal do Livro o antropólogo lançará sua mais nova obra - *Diários Índios*.

Dutra propõe que o Senado refaça reforma da Previdência

Aprovada na Câmara dos Deputados, a reforma da Previdência chegou ao Senado sem o carimbo de urgência e acompanhada pelo interesse do governo em modificá-la. Estas circunstâncias,



José Eduardo Dutra

conforme afirmou ontem o líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), são uma oportunidade para que os senadores refaçam o caminho das discussões a partir do zero, promovendo um amplo debate com a sociedade brasileira.

Na opinião do senador, há duas alternativas colocadas para o Senado. Uma delas, disse, é a de fazer uma reforma profunda, garantindo um regime único de previdência pública para os trabalhadores privados e para os servidores civis e militares, com um teto de 10 salários mínimos e, acima disso, regime de previdência privada complementar.

Além disso, continuou, é preciso eliminar todos os privilégios e estabelecer um prazo mais dilatado de transição, para garantir os direitos adquiridos. Essas propostas constam de projeto de reforma da Previdência

de iniciativa do deputado petista Eduardo Jorge, e que não chegou a ser discutido na Câmara, frisou o senador.

A outra alternativa é a que está colocada pelo governo, conforme "sinais" observados por Dutra. Nesse caso, trata-se de restabelecer alguns pontos do relatório do deputado Michel Temer, derrubados pelo plenário da Câmara através dos destaques de votação em separado, como o fim da aposentadoria especial para professores universitários. Para o senador, essa alternativa implica uma reforma superficial, para ser implantada em curto prazo e com regras de transição menos dilatadas.

Mesmo avaliando que o governo defenderá a segunda alternativa, Dutra acredita que "há uma massa crítica de senadores que pode impedir que isso aconteça".

O Nordeste não quer uma política paternalista, mas condições para se desenvolver, argumentou ontem Waldeck Ornelas, ao rebater críticas à decisão, tomada por comissão mista, de estabelecer incentivos à indústria automotiva no Nordeste. Na mesma linha, Geraldo Melo enfatizou que o desenvolvimento da região não interessa só aos nordestinos, mas a todos os brasileiros. O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda, admitiu que a reivindicação das regiões menos desenvolvidas poderá ser atendida mediante medida provisória específica, já que a MP do setor automotivo será reeditada com o mesmo texto atualmente em vigor, em função de compromissos do País. **Página 3**

Prejuízo do BB é analisado em plenário

O prejuízo do BB no primeiro semestre foi analisado por Josaphat Marinho, Geraldo Melo e Eduardo Suplicy. **Pág. 2**

Francelino apóia emenda sobre novos municípios

O senador Francelino Pereira apoiou ontem a proposta de emenda constitucional da Câmara dos Deputados que garante o processo de criação de novos municípios. **Página 4**

Questionada liberação de tarifa bancária

O senador Eduardo Suplicy apresentou ontem requerimento de informações dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para saber como o governo justifica a liberação da cobrança da maioria dos serviços bancários num momento em que os grandes bancos divulgaram relatórios semestrais apresentando alta rentabilidade.

A decisão do Conselho Monetário Nacional, segundo o senador, também coincide com uma tendência de concentração no sistema financeiro, promovida pelo Proer. Em seu requerimento, Suplicy solicita ao ministro informações sobre que garantias terão os correntistas de que as normas estabelecidas pelas instituições financeiras não resultarão em cobranças abusivas, dada a concentração do setor bancário.

O senador quer saber, ainda, que razões justificam a decisão de reduzir, de 120 para 100% do valor do empréstimo, as garantias exigidas para que instituições sob Raet (Regime de Administração Especial Temporária) tenham acesso às linhas de liquidez do Banco Central.

Prejuízo do BB gera pedido de informações e justificativa

O prejuízo do Banco do Brasil, estimado em R\$ 7,7 bilhões, foi abordado ontem em plenário pelos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Melo explicou que o prejuízo

apareceu por uma decisão técnica da diretoria do banco de considerar como prejuízo determinados lançamentos que não eram assim considerados no passado. Josaphat e Suplicy pedem esclarecimentos ao governo.

Josaphat cobra explicações

O senador Josaphat Marinho afirmou ontem que o governo tem a obrigação de explicar ao Congresso Nacional por que o Banco do Brasil apresentou no primeiro semestre um



Josaphat Marinho

déficit de R\$ 7,7 bilhões. Para ele, caso as explicações não sejam apresentadas, "cabe ao Senado e ao Congresso alguma providência".

Depois de ler trechos de comentários publicados pela imprensa, de que nos últimos anos a direção do BB maquiava seus balanços para que apresentasse lucros, "empurrando os prejuízos para debaixo do tapete", o

senador ponderou que gostaria de saber "por que a atual administração do Banco do Brasil, que já está há 18 meses no cargo, não denunciou antes essa situação". Conforme

Josaphat, "é de se perguntar por que e quem empurrou esses prejuízos anteriores para debaixo do tapete".

Josaphat recebeu o apoio dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Lauro Campos (PT-DF). Também em apertados, os senadores Geraldo Melo e Francelino Pereira (PFL-MG) comentaram a situação do Banco do Brasil.



Eduardo Suplicy

Suplicy quer esclarecimento de ministro

O prejuízo do Banco do Brasil, revelado segunda-feira em balanço relativo aos resultados do primeiro semestre de 1996, motivou o senador Eduardo Suplicy a encaminhar pedido de informações ao ministro da Fazenda.

O prejuízo recorde de R\$ 7,7 bilhões, após um aporte de capital de R\$ 8 bilhões, feito pelo Tesouro Nacional em abril passado, pode representar um forte impacto sobre as finanças do governo, no entendimento do senador.

Suplicy, na justificativa do requerimento, destaca a necessidade de o Senado Federal ser informado sobre a qualidade das operações de crédito feitas pelo Banco do Brasil, as garantias oferecidas pelos clientes, os critérios utilizados na concessão de créditos e as providências tomadas para responsabilizar aqueles que possam ter contribuído para os resultados adversos.

Melo afirma que novo critério exibiu déficit

O prejuízo do Banco do Brasil é fruto de uma decisão técnica, e não decorrente de qualquer problema de desempenho da atual administração do BB, justificou o senador Geraldo Melo, vice-líder do PSDB. "Decidiu-se que aquilo que estava nas contas do Banco do Brasil e não era considerado prejuízo, sem que houvesse fato novo, deveria ser lançado, por razões técnicas, como prejuízo. Isso gerou uma situação de contas vermelhas que não existia antes", disse.

Geraldo Melo frisou que o Banco do Brasil não pode ser comparado com qualquer outro banco que não tenha as mesmas atribuições. "Além de ser uma instituição de crédito, o banco foi usado até agora por todos os governos como um braço de ação de política econômica", explicou. Assim, em várias ocasiões o BB teve de absorver custos que uma instituição gerida por critérios exclusivamente privados não precisaria assumir.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Nordeste não abre mão de incentivos a montadoras

Os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Geraldo Melo (PSDB-RN) rebateram ontem críticas à decisão de comissão mista do Congresso que estabelece incentivos à instalação de indústria automotiva no Nordeste. Waldeck falou de "preconceito contra a região", enquanto Melo propôs uma discussão mais "racional". Por sua

Waldeck reclama política diferenciada para a região

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) afirmou ontem que o Nordeste não quer uma política paternalista, clientelista, assistencialista ou procedimental fisiológico, mas sim uma política econômica diferenciada que promova o desenvolvimento da região, seja no setor industrial, seja no setor agrícola.

Ele considerou um "preconceito" contra o Nordeste algumas matérias publicadas pela imprensa criticando a aprovação, na comissão mista, do projeto de lei de conversão que modificou a medida provisória do chamado regime automotivo adotado pelo Brasil.

O projeto aumenta os incentivos fiscais para as empresas que se instalarem no Norte e Nordeste e Waldeck se disse surpreso com "as estranhas manifestações de resistência" que têm sido anunciadas.

O senador destacou editorial do jornal *O Estado de S. Pau-*



Waldeck Ornelas

lo, segundo o qual a proposta da comissão mista é um "golpe contra a União". Os que criticam as mudanças não conhecem a MP atual, que oferece até 90% de redução nos impostos para as empresas automobilísticas que se instalarem no Sul e Sudeste do País, disse o senador.

Waldeck sustentou que os subsídios dados este ano ao setor automotivo representam 600 milhões de dólares, o que, observou, equivale a 10 anos de recursos para o Finor. Ele destacou artigo do professor Celso Pinto, da FGV, para quem os carros de luxo que venham a ser fabricados no Nordeste deverão sair das fábricas custando até 40% menos e os carros populares cerca de 23%, beneficiando o consumidor brasileiro.

vez, o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), anunciou que a medida provisória do setor automotivo será mantida como está, mas acenou com a possibilidade de o governo instituir uma outra MP capaz de motivar investimentos também no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para Geraldo Melo, discussão deve ser racional

"Precisamos tirar o componente emocional e colocar um componente racional na discussão sobre o Nordeste", afirmou ontem Geraldo Melo (PSDB-RN), ao sustentar que não existe conflito de interesse entre o crescimento das regiões mais desenvolvidas do País e a prosperidade das regiões mais pobres.

Para o senador, "é insustentável" o argumento de que investir no Nordeste é ruim para a União, e aquela região precisa de uma política regional compatível com sua realidade.

Geraldo Melo disse que o desenvolvimento do Nordeste interessa aos nordestinos, mas também à necessidade de manter as populações rurais onde se encontram e evitar que migrem para os grandes centros urbanos.

ANACRONISMO

Ele condenou a idéia de que



Geraldo Melo

o combate à pobreza naquela região deve se concentrar em medidas governamentais contra as secas, dizendo que essa é uma visão antiquada, anacrônica e desinformada. "Uma região com aquele espaço físico e com aquela população não pode ser encarada como se fosse possível solucionar o problema da seca e ficar tudo resolvido", comentou o parlamentar.

No entendimento de que a discussão do assunto deve ser acima de tudo racional, o senador considerou fundamental que "a busca pelo emprego não continue levando multidões para as grandes cidades". Melo afirmou que a questão nordestina não nasceu agora, no entanto é freqüentemente trazida à discussão sob hipóteses falsas, que não interessam ao País.

Arruda admite que medida provisória específica pode atender reivindicação

A medida provisória (MP) que reestrutura o setor automotivo brasileiro, facilitando investimentos no Sul e Sudeste, deverá ser reeditada no próximo dia 10 de agosto nos exatos termos em que chegou ao Legislativo, e o governo estuda alternativas para que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste sejam igualmente contempladas com mecanismos de atração de investimentos.

Entendimentos nesse sentido foram relatados ontem, em

plenário, pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que justificou essa providência com dois argumentos: o Brasil está, há vários meses, em negociação com a Organização Mundial do Comércio, não podendo agora alterar compromissos; e o País não pode também sinalizar para o mundo que



José Roberto Arruda

não tem regras econômicas fixas.

Arruda informou que, com autorização do presidente FHC, manteve encontros com o deputado José Carlos Aleluia (relator da medida provisória), lideranças parlamentares e ministros de Estado, a fim de manter o texto da MP e buscar alternativas de investimentos que privilegiem as regiões

mais pobres do País, a fim de reduzir as diferenças sociais, sem paralisar investimentos multinacionais que já estão muito próximos de serem concretizados no Sul e no Sudeste.

- A idéia é desenharmos também uma outra medida provisória, que seja capaz de motivar investimentos para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas sem modificar a MP em discussão, cujos efeitos já se fazem sentir na economia nacional - esclareceu Arruda.

Francelino defende proposta que garante novos municípios

E anuncia também que comissão do Código de Trânsito vai reunir-se no próximo dia 6 para analisar 209 emendas e votar parecer



Emília Fernandes

Emília Fernandes propõe caução para débito trabalhista

Projeto encaminhado à tramitação pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS) estabelece que o juiz do trabalho, de ofício ou a requerimento do reclamante, e desde que haja fundado receio da frustração do pagamento, poderá exigir da outra parte caução em dinheiro ou outra forma de garantia do débito trabalhista.

Argumenta a senadora que o depósito da caução ou oferecimento de bens como garantia "imprimirá, com certeza, maior agilidade à conclusão dos processos trabalhistas, evitando a interposição de recursos apenas como medida protelatória".

A proposição, que terá tramitação terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, determina que o valor da caução será depositado em instituição bancária, se possível no próprio tribunal. A liberação do valor da caução à parte vencedora, segundo o projeto de Emília Fernandes, somente ocorrerá após o trânsito em julgado da sentença trabalhista.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apoiou ontem a proposta de emenda constitucional da Câmara que garante o processo de criação de novos municípios. Ele disse que, conforme essa emenda, as emancipações recentemente realizadas não correm o risco de inviabilizar-se, pois as eleições nos novos municípios serão realizadas no dia 3 de outubro.

Francelino informou que tramitava na Câmara dos Deputados uma proposta do Executivo que impediria a emancipação de municípios que não tivessem realizado eleições para os cargos de prefeito e vereador. O senador explicou



Francelino Pereira

que, como a matéria chegou após a criação de vários municípios, os congressistas deram prioridade à proposta de emenda que fora apresentada à Câmara em agosto de 1991.

- Entendemos que essa proposta atende perfeitamente aos objetivos, a que nos referimos, de permitir a criação de novas cidades, dentro de pressupos-

tos que evitem os eventuais excessos de emancipacionistas, sem ferir as legítimas aspirações das comunidades de núcleos urbanos que possuam identificação, dimensão econômica e vontade política de autogovernar-se - disse.

Francelino acrescentou ainda que no próximo dia 6 haverá uma reunião da Comissão Especial do Código de Trânsito, da qual é presidente, para analisar as 209 emendas apresentadas e votar o parecer do relator. O senador estranhou o noticiário da imprensa sobre o adiamento da votação do código para o final do ano, em virtude da próxima eleição municipal.

Benedita sugere a convocação de Jatene e diretores da Santa Genoveva

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) criticou o Ministério da Saúde por não ter respondido a vários requerimentos de informação por ela apresentados, e disse que vai desenvolver esforços no sentido de que as comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania convoquem o ministro Adib Jatene e os indiciados no processo da Clínica Santa Genoveva para prestarem depoimento.

A senadora afirmou que a Comissão Especial das Clíni-



Benedita da Silva

cas Geriátricas do Rio de Janeiro está encontrando dificuldades para realizar a audiência pública programada para a próxima semana, naquela cidade, com os indiciados no

processo da Clínica Santa Genoveva, em razão de estes terem saído do presídio, por decisão judicial, para esperar o julgamento em liberdade.

Benedita defendeu também os dois projetos de lei de incentivos à pequena e média empresas, afirmando ter participado ativamente, em pronunciamentos no Senado e em debates no seu estado, da luta em favor desse segmento, principalmente pelo seu alto potencial de criação de empregos.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amarel
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal